

CCJ aprova pena de até 30 anos para crime de milícia

Grupos de extermínio também são alvo de projeto acolhido ontem pela Comissão de Justiça, que aprovou ainda reclusão de dois a seis anos para quem usar, em proveito próprio ou de outros, bens, rendas ou serviços públicos

Pode chegar a 30 anos de reclusão a pena para os crimes praticados por milícias privadas ou grupos de extermínio, sob pretexto de prestação de serviços de segurança. Projeto com esse objetivo, aprovado ontem pela Comissão de Justiça,

será examinado agora pelo Plenário do Senado. Também foi acolhida pela comissão pena de quatro a oito anos de reclusão para os responsáveis por constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar de qualquer espécie. Outra pro-

posta aceita pela CCJ – em caráter terminativo – tipifica o chamado peculato-uso, pelo qual servidor público faz utilização indevida de bem, renda ou serviço público. A pena para esses crimes pode chegar a seis anos, acrescida de multa. **7**

Projeto do Sacoleiro pode ser votado logo

Acordo foi anunciado ontem pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio, depois de uma reunião com o líder do governo, Romero Jucá, e outros senadores. **6**



Entre Virgílio e Jereissati, Jucá (na poltrona à dir.) discute com técnicos o regime de tributação dos sacoleiros

Congresso terá sessão conjunta a partir das 17h

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, convocou todos os senadores e deputados para uma sessão conjunta do Congresso Nacional hoje, às 17h, no Plenário da Casa, para votação de projetos de lei da Comissão Mista de Orçamento. A sessão ordinária do Senado, marcada para as 14h, está mantida e será apenas interrompida para que seja realizada a do Congresso.



Diálogo sobre reajuste dos valores das aposentadorias reúne Pimentel (D), Garibaldi, Paim e Mário Couto

Senado deve examinar até terça MPs contra a crise

A previsão foi feita pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, que defendeu a necessidade de o Congresso Nacional aprovar, com agilidade, a reforma tributária em análise na Câmara. As mudanças, disse, vão amenizar os efeitos da crise financeira. **4 e 5**

Em busca de solução para reajuste de aposentadoria

Projetos que recomparam valor de benefícios podem ser negociados entre governo e oposição. **3**

Proposta coíbe escalpelamento em barcos da Amazônia

Donos de barcos devem cobrir motores, eixos ou partes móveis que possam provocar acidentes. **8**



Marconi Perillo preside reunião em que a Comissão de Infra-Estrutura acolhe projeto que visa impedir acidentes em barcos

Pesquisador quer Brasil na liderança da luta antipoluição

Membro do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, Martin Parry convocou o Brasil a assumir posição de liderança em conferência mundial e defender 80% de redução da emissão de gases pelos países, inclusive Estados Unidos e China, até 2050. **8**

Em audiência na Comissão de Tecnologia, representantes de entidades dizem que, para o país se desenvolver, precisa de mais investimentos em estudos do setor produtivo

Cientistas querem recursos privados para pesquisa

A ELEVAÇÃO DE investimentos feitos pelo governo em ciência e tecnologia deve ser acompanhada de maior participação do setor privado em pesquisa e desenvolvimento. Esse foi um dos principais pontos ressaltados em audiência pública sobre o tema, ontem na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O Brasil investe atualmente cerca de 1% de seu produto interno bruto (PIB) em ciência e tecnologia, segundo o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Marco Antonio Zago. É o país que mais dedica recursos ao setor na América Latina, acrescentou, tanto em relação ao PIB como em valores absolutos. Mas 80% das pesquisas encontram-se nas universidades. "Se queremos usar ciência e tecnologia para o desenvolvimento, precisamos de mais pesquisadores no setor produtivo", frisou.

De acordo com o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Marco Antonio Raupp, os cientistas estão "sensibilizados" com os avanços feitos no setor durante o atual governo, como a integração da ciência e da tecnologia com a formulação de políticas

nacionais de desenvolvimento. Ele considerou, porém, "crucial" o aumento dos investimentos privados em pesquisa.

– Estão chegando as nuvens escuras da crise internacional. É preciso que se estimule a inovação dentro das empresas. Não temos muita tradição nisso, mas já contamos com exemplos – afirmou o presidente da SBPC, citando as atividades de pesquisa da Petrobras, da indústria aeronáutica e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O presidente da Academia Brasileira de Ciência (ABC), Jacob Palis, concordou com a existência de um "momento extraordinário" para o setor no país, no entanto advertiu para a necessidade de os brasileiros conquistarem maior projeção internacional. "O Brasil precisa ganhar um Prêmio Nobel", disse Palis, que apresentou uma sugestão de ampliação de investimentos na região amazônica.

Formação

Palis ressaltou o empenho da ABC na busca de novos talentos científicos em todo o país. Já Marco Antonio Raupp destacou

a necessidade de maior atenção ao ensino de Ciências desde a educação fundamental como forma de atrair a atenção dos jovens.

Zago admitiu que o Brasil ainda encontra-se em posição "desvantajosa" na área de recursos humanos. Segundo o presidente do CNPq, o país forma anualmente cerca de 10 mil doutores – cerca de 75% dos doutores da América Latina. Esse número, porém, pode ser visto como

modesto, quando se constata que equivale ao número de doutores de países como França e Espanha, que têm uma população bem menor. Ele salientou que o país deveria rever suas

prioridades. Observou que, na China, a principal ênfase está na formação de recursos humanos ligados à engenharia, enquanto no Brasil a engenharia ocupa o quinto lugar, atrás de áreas como medicina e agricultura.

Autor do requerimento da audiência, Renato Casagrande (PSB-ES) defendeu a descentralização de recursos destinados à ciência e à tecnologia para que estados menores também sejam beneficiados.

Debate revela que é preciso estimular mais a inovação nas empresas e o ensino de Ciências nas escolas



Casagrande (E), durante reunião da CCT. À mesa: Marco Antonio Raupp, Zago, Wellington Salgado (presidente) e Jacob Palis

Papel da ciência é estratégico na economia

De cada R\$ 1 pago em uma xícara de café, apenas R\$ 0,05 chegam às mãos de trabalhadores e cafeicultores. Os demais R\$ 0,95 são divididos para pagamento de atividades como engenharia genética, processamento, marketing e "outras atividades baseadas no conhecimento".

Os números foram ressaltados pelo presidente do CNPq, Marco Antonio Zago, na audiência promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia.

Ao apresentar as prioridades do governo para o período de 2007 a 2010 – como a formação

de recursos humanos, o apoio à inovação tecnológica nas empresas e o estímulo a setores como os de biotecnologia, nanotecnologia e de biodiversidade e recursos naturais – Zago afirmou que a ciência e a tecnologia estão ligadas ao desenvolvimento.

– Precisamos não apenas formar mais pessoas, como também mudar um pouco o perfil dos cientistas e tecnólogos formados no Brasil – disse.

O presidente da SBPC, Marco Antonio Raupp, citou o exemplo do Massachusetts Institute of Te-

chnology (MIT), um dos maiores centros de pesquisa nos Estados Unidos, para demonstrar o papel estratégico da ciência e da tecnologia na economia contemporânea. Caso as "empresas MIT", que contam com a participação de pesquisadores ligados ao instituto, fossem consideradas em conjunto como um só país, observou Raupp, elas seriam a 24ª maior economia do mundo.

– Isso mostra quão acertado está o governo brasileiro ao associar a política de ciência e tecnologia à retomada do desenvolvimento – salientou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Congresso vota projetos da CMO

Às 14h, a sessão do Senado é deliberativa. A pauta está truncada por cinco medidas provisórias. Às 17h, sessão conjunta do Congresso Nacional, no Plenário do Senado, vota projetos da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Garibaldi recebe comandante de PMs e bombeiros

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebe, às 10h, o presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares; às 11h, participa, no Clube Ascade, da montagem do Painel "Sonho Brasileiro", do Movimento Origami do Centenário; e, às 16h, preside a ordem do dia.

Audiência na CDH debate situação da profissão de vigilante

Audiência pública, às 9h, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), discute a situação da profissão de vigilante. Estão convidados os representantes da categoria profissional em diversos estados e o ex-deputado Chico Vigilante, que é secretário de Assuntos Parlamentares e de Classe da Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços.

Na CAE, Mantega e Meirelles falam sobre a crise

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza, às 10h, audiência pública para debater com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, a evolução da crise financeira internacional e os possíveis impactos na economia brasileira.

Show da série 50 Anos da Bossa Nova

Às 19h, no auditório do Interlegis, ocorre a reapresentação de Assis Medeiros, Nelson Oliveira e Alencar 7 Cordas, na série dedicada aos 50 Anos da Bossa Nova, dentro da programação do Ano Cultural Artur da Távola.

Projeto do Sacoleiro em pauta na Comissão de Relações Exteriores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se, às 10h, para examinar três itens. O primeiro projeto em pauta institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai (Projeto do Sacoleiro).

CMO realiza debate regional em Manaus

Será realizada em Manaus, às 14h, audiência pública da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para continuar a série de seminários regionais sobre o projeto de Lei Orçamentária Anual de 2009.

Paranaense vence concurso de redação A Bandeira Nacional

Foram escolhidos na terça-feira os três primeiros colocados, entre as 26 redações finalistas, do 1º Concurso de Redação do Senado com o tema A Bandeira Nacional. Em primeiro lugar ficou Ana Clara Ferreira, estudante do Paraná, com a redação "Um símbolo, uma nação".

O segundo colocado, Douglas Chagas de Castro Mercier, do Espírito Santo, é autor da redação "O resgate do civismo"; e o terceiro lugar coube a Maíke Wilian Fialho, de Minas Gerais, com o texto "Bandeira, evolução humana".

O projeto do concurso foi elaborado pela Secretaria de Relações Públicas com o apoio

do Ministério da Educação, do Conselho de Secretários de Educação (Consed) e das Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal.

O concurso, lançado em abril, foi aberto à participação de estudantes das duas últimas séries do ensino fundamental das escolas públicas estaduais. A proposta integra a programação do Senado na celebração do Dia da Bandeira, 19 de novembro.

Este ano, a cerimônia na rampa do Palácio do Congresso contará com a participação da vencedora do concurso, Ana Clara, o diretor de sua escola e o secretário de Educação do Paraná.

Se aprovada, proposta que tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais poderá seguir logo para apreciação da Câmara

CAS vota quarta-feira recomposição para inativos

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) deve votar na próxima quarta-feira, em decisão terminativa, projeto de lei que visa recompor os valores de aposentadorias e pensões. O anúncio foi feito ontem pela vice-presidente do colegiado, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), durante audiência pública que discutiu a proposta. Participaram do debate representantes de aposentados e pensionistas.

Além de Rosalba e Paulo Paim (PT-RS), autor da proposição (PLS PLS 58/03), também foram favoráveis à aprovação da matéria os senadores Cícero Lucena

(PSDB-PB), Expedito Júnior (PR-RO) – relator na CAS –, José Nery (PSOL-PA), Mário Couto (PSDB-PA) e Romeu Tuma (PTB-SP).

– Queremos que aposentados e pensionistas obtenham reajustes que recomponham o poder de compra do que recebem – disse Paim, acrescentando que “é necessário pensar em outro modelo de Previdência”.

O senador ressaltou que não se pode aceitar um modelo no qual um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) aposente-se com vencimentos de aproximadamente R\$ 25 mil, enquanto um trabalhador que ganha R\$ 1

mil por mês, após aposentar-se, passe a receber cerca de R\$ 415, devido ao fator previdenciário e à ausência de paridade com o salário mínimo (para o reajuste de sua aposentadoria).

Expedito Júnior elogiou as modificações feitas pelo então senador Rodolpho Tourinho, que relatou a proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Por sua vez, Mário Couto criticou o governo federal por não apoiar a proposta, salientando que “Paim é da própria base do governo”.

Romeu Tuma e Rosalba Ciarlini

apontaram a justiça social e o resgate da dignidade dos aposentados como argumentos para a defesa da proposição.

Segundo Cícero Lucena, “não se está defendendo apenas aposentados e pensionistas, mas também os trabalhadores do país, que serão os prejudicados, no futuro, caso não haja a recomposição pretendida.”

José Nery, referido-se à crise na economia, afirmou que, “se há busca de soluções para quem lucra com a ciranda financeira, também deveria haver para os aposentados, os verdadeiros construtores deste país”.

Segundo Anfip, Previdência é superavitária

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) informa que a Previdência Social apresentou um superávit de R\$ 60,9 bilhões no ano passado. A afirmação é do vice-presidente de Assuntos Parlamentares da Anfip, Rodrigo da Costa Possas, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Possas declarou que, “ao contrário da crença de que a Previdência Social é deficitária, a Anfip tem provado, ao longo dos anos, que a Seguridade Social trabalha com superávits”. A Seguridade é um sistema composto por Saúde, Assistência e Previdência Social. Ele disse ainda que a Seguridade teria registrado um superávit de R\$ 62,6 bilhões em 2006 e de R\$ 50,8 bilhões em 2005.

Os déficits apontados na Previdência Social, segundo Possas, seriam decorrência de um cálculo incorreto, “no qual se considera uma única receita – a obtida a partir da folha de pagamentos –, a qual é comparada com as despesas com o pagamento de benefícios a aposentados e pensionistas”. O saldo negativo resultante, observou, não considera outras receitas da Seguridade Social.

Financiamento

A argumentação de Possas assemelha-se à utilizada por Paulo Paim (PT-RS). O senador afirma que a Constituição criou um orçamento para a Seguridade Social que estabelece outras fontes de financiamento, além daquela obtida a partir da folha de pagamentos. Mas tais fontes, conforme Paim, são desconsideradas, e utilizadas para outros fins, com o objetivo de se obter superávits primários nas contas públicas, devido a mecanismos como a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

O secretário-executivo do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, ressaltou que, como a Previdência Social é uma das partes da Seguridade Social, seu orçamento é menor que o desta última. Ele declarou que as administrações anteriores ao governo Lula “debitavam na conta da Previdência contas que não deveriam estar lá, como as renúncias relativas às entidades filantrópicas, que deveriam ser contabilizadas no Tesouro”.

– Para este governo, a Previdência não é fonte de quebra-deira, além de ser fonte de justiça social – afirmou Gabas.

Participaram ainda da audiência o representante do Tesouro Nacional, Cléber Ubiratan de Oliveira; o representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Hemélio Campos; e o presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social (Anasps), Paulo César Régis de Souza.



Entre Romeu Tuma e Expedito Júnior, Paulo Paim (foto menor) defende a aprovação de sua proposta, que foi debatida em audiência presidida por Rosalba Ciarlini

Projeto deve pôr fim ao fator previdenciário

Paulo Paim (PT-RS) anunciou que, após audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), decidiu-se pela elaboração de uma proposta que garanta a recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas e que acabe com o fator previdenciário.

O senador também mencionou a reunião no gabinete do presidente do Senado, Garibaldi Alves, com o ministro da Previdência Social, José Pimentel.

– O ministro Pimentel foi muito feliz quando disse que, por parte do governo, não há interesse em manter o fator previdenciário.

Mário Couto anuncia reunião com ministro José Pimentel

Mário Couto (PSDB-PA) disse que, após dois anos lutando para que o governo desse algum “sinal positivo” aos aposentados, teve a sensação de que ontem foi um dia feliz. Ele lembrou que na terça-feira, após a oposição anunciar que obstruía as votações da Casa, o ministro da Previdência Social, José Pimentel – graças ao envolvimento do presidente do Senado, Garibaldi Alves –, foi convocado para resolver o problema de redução dos proventos dos aposentados.

– Depois de uma negociação ampla, que envolveu também o caso do Aerus, o ministro prontificou-se a, na próxima terça-feira, sentar com o presidente desta Casa e com a Frente Parlamentar de Proteção aos Aposentados, para que,



Após dois anos de luta, governo deu um “sinal positivo”, diz Mário Couto

juntamente com a Comissão de Orçamento (CMO), e com o apoio do governo, possamos colocar dinheiro, já no início de 2009, em alguns dos projetos do senador Paulo Paim [PT-RS]. Espero que na próxima semana possamos vir a esta tribuna dizer que o problema dos aposentados está resolvido.

Rosalba pede aprovação da proposta

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defendeu a aprovação do projeto que recompõe os valores de aposentadorias e pensões (PLS 58/03). De autoria de Paulo Paim (PT-RS), a proposta será votada em decisão terminativa, na próxima semana, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A senadora ressaltou a disposição dos congressistas para acolher a matéria.

– Existe um sentimento de união pela aprovação do projeto; é uma questão que não podemos analisar à luz de situação e oposição.

A Comissão de Assuntos Sociais realizou ontem audiência sobre o tema.

Garibaldi e Paim recebem homenagem

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, e o senador Paulo Paim (PT-RS) receberam da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) placas em reconhecimento à luta na defesa de iniciativas legislativas em favor desses cidadãos. A cerimônia ocorreu no gabinete da Presidência.

Paim disse que o Senado votará em 5 de novembro projeto de sua autoria que recompõe o poder aquisitivo das aposentadorias pagas pela Previdência Social (PLS 58/03). Ele lembrou que o Senado já aprovou projeto que estende às aposentadorias os índices de reajuste concedidos ao salário mínimo (PLC 42/07).

Alvaro Dias cobra cumprimento de decisão em favor do Aerus

Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou do governo federal o pagamento dos benefícios devidos a aposentados e pensionistas vinculados ao Aerus, fundo de previdência dos funcionários da Varig. Os trabalhadores de três grandes empresas aéreas – Varig, Transbrasil e Vasp –, disse o senador, ainda aguardam por benefícios a que fazem jus.

– A ação judicial, conseqüência do impasse, fez com que a Justiça determinasse ao governo o pagamento desses benefícios – ressaltou.

Alvaro frisou que o presidente da República dá tratamento diferenciado aos banqueiros, que, conforme o senador, receberam ajuda do Tesouro Nacional nos últimos dias, com a medida provisória autorizando o Ban-



Alvaro Dias: decisão da Justiça favorece aposentados e pensionistas

co Central a ajudar pequenos bancos (MP 442/08), mas reluta em cumprir decisões favoráveis a trabalhadores.

– Não estamos combatendo o governo por adotar essas medidas, mas fica mal não atender à decisão judicial que contempla os menos favorecidos.

Inácio Arruda destaca acerto dos constituintes

Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que os constituintes acertaram ao criar um sistema próprio de Seguridade Social. Para o senador, essa foi uma conquista do povo brasileiro, resultante de ampla mobilização social e de sensibilidade dos parlamentares, permitindo que o Orçamento da União destacasse o orçamento fiscal das estatais e o da Seguridade.

– Esse tem sido um debate desde 1988. Se discute se deveríamos ter um orçamento só. Mas quero registrar que foi uma conquista e um acerto, apesar da batalha que se trava até hoje para retirar essa conquista da população brasileira.

Prioridade para a votação das MPs anticrise

O Senado vota até a próxima terça-feira cinco medidas provisórias, entre elas as duas editadas pelo governo federal para combater os efeitos da crise financeira que ameaça as economias de todo o mundo. A informação é do presidente do Senado, Garibaldi Alves. Segundo disse, será dada prioridade às medidas provisórias que valem ao enfrentamento da turbulência que alarma os mercados.

A MP 442/08 permite ao Banco Central comprar a carteira de bancos pequenos por meio de operações de rescaldo. Já a 443/08 autoriza ao BC e à Caixa Econômica Federal a aquisição de instituições financeiras e construtoras em dificuldades de caixa.

“O clima é para aprovação não apenas dessas, mas de outras MPs para o enfrentamento da crise. Agora, eu gostaria de ressaltar que se deve dar aos parlamentares também um espaço para o aperfeiçoamento das medidas. Só porque é crise, só porque é urgente, isso não significa que os parlamentares não tenham a sua participação. Isso aconteceu ontem [terça-feira] quando o ministro Mantega aceitou as sugestões do senador José Agripino [RN], que é um dos líderes da oposição, líder do DEM.



Senador afirma que produtores reduziram gastos com tecnologia

Goellner faz alerta sobre situação de produtor rural

Gilberto Goellner (DEM-MT) alertou o governo federal para a crise que atinge os produtores rurais, especialmente em Mato Grosso, estado “responsável por mais de um terço da produção agrícola nacional”. De acordo com o senador, a crise internacional acertou em cheio o agronegócio e o apoio anunciado pelo governo ao setor até o momento não se concretizou, sendo que os recursos não chegaram aos produtores.

O senador lembrou que trabalhadores e produtores aguardam ansiosos o anúncio de medidas eficazes para superar a crise, já que os custos de produção estão 50% mais elevados e não existe disponibilidade de crédito. Os produtores, completou Goellner, resolveram reduzir os gastos com tecnologia em suas plantações, como quantidade de adubos, defensivos e outros insumos, com o objetivo de cortar custos. Na avaliação do parlamentar, a medida desesperada pode colocar em risco a produção.

Durante evento promovido pela CNI, presidente do Senado Federal defende rapidez na aprovação da proposta de mudança de tributos que tramita na Câmara dos Deputados

Garibaldi diz que reforma tributária poderá amenizar efeitos da crise financeira no país

A NECESSIDADE DE o Congresso Nacional aprovar, com agilidade, a proposta de reforma tributária, em análise na Câmara dos Deputados, foi defendida ontem pelo presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho, ao participar do encerramento do 3º Encontro Nacional da Indústria (Enai).

“A reforma tributária está ao nosso alcance. Depende da vontade política dos parlamentares. É só a Câmara aprovar e o Senado, tenho certeza, não ficará atrás – disse o senador para uma platéia de mais de 500 pessoas, no evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ele observou que a reforma “não é milagreira”, mas vai ajudar a amenizar os efeitos da crise no país.

Garibaldi sugeriu às autoridades presentes um esforço suprapartidário conjunto para que a reforma seja aprovada com rapidez e traga as mudanças de que o país necessita, como a redução da carga tributária. Ele criticou a “montanha de tributos” e a burocracia do sistema tributário nacional. A proposta enviada ao Congresso Nacional pelo Executivo tramita juntamente com outros projetos de parlamentares.

Também participaram da solenidade o vice-presidente da República, José Alencar; o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia; os ministros da Educação, Fernando Haddad, e do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; e o presidente da CNI, deputado Armando Monteiro Neto (PTB-PE).

Desenvolvimento

Dirigindo-se a Garibaldi e Chinaglia, o presidente da CNI, ao referir-se à crise financeira mundial, disse que o “mundo mudou em poucas semanas”, o que exige do Congresso uma agenda despolitizada e estruturante. Armando Monteiro Neto entregou a Carta da Indústria e as Conclusões do 3º Enai, com sugestões de ações e medidas para ajudar o setor industrial brasileiro a manter o desenvolvimento dos últimos anos.

Arlindo Chinaglia propôs uma reunião entre representantes da CNI e as lideranças partidárias com o objetivo de discutir as sugestões dos industriais.

Para o vice-presidente José Alencar, o Brasil tem “condições excepcionais para sair dessa crise”. Ele voltou a criticar a alta taxa básica de juros no país e concordou que o país precisa simplificar o sistema tributário. José Alencar também defendeu como urgentes as reformas política e previdenciária.

“Está na hora de valorizar quem trabalha e quem produz: a economia real. Não temos que temer a crise, mas não podemos cruzar os braços – afirmou.



Haddad, Alencar, Armando Monteiro Neto, Chinaglia e Carlos Lupi acompanham pronunciamento em que Garibaldi Alves sugeriu esforço conjunto para que proposta seja aprovada com rapidez e traga as mudanças de que o país necessita



Delcídio Amaral, relator-geral do projeto de Orçamento para 2009, em conversa com o presidente da CMO, deputado Mendes Ribeiro Filho

Votação do relatório preliminar do Orçamento fica para quarta-feira

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) decidiu adiar para a próxima quarta-feira a votação do relatório preliminar do senador Delcídio Amaral (PT-MS) sobre o Projeto de Lei Orçamentária de 2009. O presidente da comissão, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), disse à imprensa, logo após a reunião, que a dilatação do prazo “pode ser importante para que os membros do colegiado tenham melhores condições de avaliar a evolução da crise financeira internacional como um todo e votar o parecer com conhecimento de causa”.

A prorrogação do prazo também servirá para que os membros da CMO ganhem tempo para decidir sobre dois pontos considerados vitais para a aprovação da lei orçamentária: o aumento, de R\$ 8 milhões para R\$ 12 milhões, das emendas individuais, e a elevação dos repasses aos estados, a título de compensação pelas perdas referentes à Lei Kandir – resultantes da isenção de importações –, dos atuais R\$ 3,9 bilhões para R\$ 5,2 bilhões. Delcídio Amaral chegou a manifestar opinião contrária ao aumento das emendas individuais – usadas pelos 594 senadores e deputados em pequenas obras em suas respectivas bases

eleitorais. Atualmente, as emendas individuais consomem do Orçamento R\$ 4,7 bilhões. O aumento pleiteado representa 50%, passando o valor total para R\$ 7,1 bilhões.

Encontros regionais
Os membros da Comissão Mista de Orçamento irão percorrer mais nove capitais de estados para discussões em torno da proposta orçamentária. Hoje, será a vez de Manaus. De amanhã até 4 de novembro, a CMO promoverá debates em Goiânia, Porto Alegre, Vitória, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, Palmas e Porto Velho. A intenção é discutir áreas prioritárias para recebimento de recursos por meio da chamada emenda popular. A comissão já esteve no Recife, em Fortaleza e Campo Grande.

Ontem, antes da reunião dos representantes dos líderes partidários na CMO, dos coordenadores de bancada e dos relatores setoriais, o colegiado recebeu a visita do ministro do Esporte, Orlando Silva. Ele veio pedir a manutenção, para sua pasta, de 1% do Orçamento de 2009, cujo total é da ordem de R\$ 1,6 trilhão. Dessa forma, o Ministério do Esporte contaria no próximo ano com R\$ 1,6 bilhão.

Arthur Virgílio: governo precisa ouvir a oposição

Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse ontem que, depois de voar seis anos em “céu de brigadeiro”, o presidente Lula terá de administrar as consequências da crise financeira internacional, acrescentando que a oposição está disposta a negociar, “desde que o governo a ouça”. Para o senador, o governo federal não tem demonstrado competência para passar pelo seu primeiro grande teste da crise, e já é possível perceber “um certo bater de cabeças” entre o Banco Central e o Ministério da Fazenda.

– Eu diria que a administração da crise estava indo mais ou menos bem até a Medida Provisória 443, que estabeleceu um pânico e levou, num só dia, ao acionamento de dois circuit breakers na Bolsa de Valores. Até então foi um céu de brigadeiro e agora chegou a hora de administrar a crise, chegou a hora do Gabinete de Crise, chegou a hora de o presidente se abrir para conversar com todo o país, para ouvir as oposições, inclusive – afirmou.



Chegou a hora de o presidente Lula administrar a crise, diz Arthur Virgílio

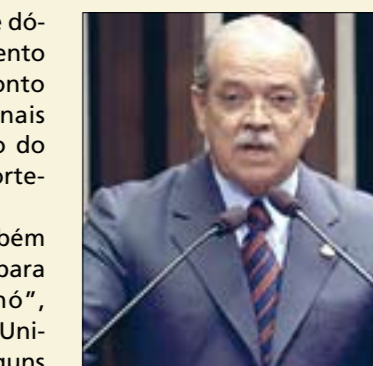
César Borges elogia ações do Banco Central

César Borges (PR-BA) elogiou as medidas tomadas pelo governo federal para conter os efeitos da crise financeira internacional. Ele destacou, especialmente, a atuação do Banco Central.

– A instituição tem atuado no âmbito de suas funções clássicas ao executar a política monetária de forma responsável, atendendo para a necessidade de prover liquidez para a economia sem perder de vista o imperativo de combater a inflação. A redução

de compulsório, a venda de dólares no mercado e o aumento das operações em redesconto são instrumentos tradicionais que devem nortear a ação do Banco Central. E estão norteando – disse.

O senador afirmou também que o governo deve agir para evitar um “efeito dominó”, como ocorreu nos Estados Unidos, onde a quebra de alguns bancos colocou todo o sistema financeiro em risco.



Para César Borges, governo deve agir para evitar a quebra de bancos

Neuto de Conto sugere otimismo e atitude positiva

O brasileiro deve ter uma atitude positiva, baseada em seu trabalho, em meio ao temor pela crise que vem afetando os mercados financeiros. A recomendação foi feita ontem por Neuto de Conto (PMDB-SC).

– Vamos começar a dizer à sociedade que temos solução, sim, pelo trabalho, e vamos deixar na estrada aqueles que querem prejudicar o nosso país.

O senador fez uma análise da turbulência que teve início

nos Estados Unidos e afirmou que o Brasil tem condições de passar pelos problemas com tranquilidade. Ele revelou encontrar pessoas com esperança – empresários e representantes de entidades ligadas ao setor agropecuário – de que a crise será passageira. Para Neuto de Conto, o investimento estratégico em agricultura é importante para a estabilidade do país, assim como o investimento na produção de bioenergia.



Investir em agricultura contribuirá para a estabilidade, afirma Neuto de Conto

Mão Santa critica gastos com cargos em comissão

Mão Santa (PMDB-PI) elogiou o ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore, que, em entrevista ao jornal Valor Econômico, sugeriu a redução das despesas do governo como principal medida para o país enfrentar a crise financeira.

– A verdade é que nosso país não é uma ilha de tranquilidade e de felicidade – alertou o senador.

Mão Santa fez críticas aos gastos do governo, citando como

exemplo negativo a contratação de servidores em cargos em comissão, ou seja, sem concurso público. Também destacou o endividamento do país como fator de preocupação.

– Se pagamos a dívida externa, tem outra mais grave, que é a interna – disse o senador, que mencionou ainda a dívida “com os velhinhos, os aposentados, que trabalharam 30, 35 anos para ganhar dez salários mínimos e estão ganhando cinco”.



Mão Santa defende recomposição dos proventos dos aposentados

Inácio Arruda: “Crise pôs o neoliberalismo no lixo”

Inácio Arruda (PCdoB-CE) declarou que a crise financeira internacional fez com que os países capitalistas mais ricos “colocassem o neoliberalismo na lata do lixo”. Ele disse que “não há saída para o governo norte-americano, por exemplo, a não ser recorrer ao Estado”.

– Hoje vemos analistas e acadêmicos boquiabertos com o que está acontecendo – afirmou o parlamentar, acrescentando que “eles jamais imaginaram

crise de tal monta no mundo capitalista”.

Inácio Arruda citou como exemplo o primeiro-ministro da Inglaterra, Gordon Brown, cujo governo adotou uma série de medidas que envolvem a intervenção estatal – algumas delas, destinadas a proteger os bancos do país.

Sobre o Brasil, o senador avaliou que o país “tem todas as condições de acertar o passo; aliás, tem acertado”.



Inácio Arruda avalia que o Brasil tem acertado no enfrentamento da crise

Matéria que regulamenta comércio na fronteira com o Paraguai pode ir à votação já na próxima semana. Produtos importados na região terão alíquota única de 42,25%

Arthur Virgílio anuncia acordo sobre sacoleiros

O LÍDER DO PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), após reunião com o líder do Governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou acordo entre a base governista e a oposição para votação do projeto que estabelece um Regime de Tributação Unificada (RTU) a ser utilizado por pequenas empresas enquadradas no Simples Nacional que compram mercadorias no Paraguai, conhecido como o Projeto dos Sacoleiros. A proposição, que tramita em três comissões, pode ser votada já na próxima semana no Plenário.

Arthur Virgílio, em linhas gerais, explicou que as emendas apresentadas por ele e acolhidas pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator do projeto (PLC 27/08) na Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), criam mecanismos de combate à pirataria, um dos principais rezeiros da bancada do Amazonas, que teme a concorrência desleal com a produção originária da Zona Franca de Manaus.

A matéria ainda tramita concomitantemente e em regime de urgência nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde é relatada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), e de Assuntos Econômicos (CAE), onde o relator é o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

– Houve avanço em cima de uma lei que considero ruim – disse Arthur Virgílio.

O texto do projeto diz que será aplicada a alíquota única de 42,25% sobre o preço dos

produtos adquiridos pelos sacoleiros, mediante comprovação por meio de nota emitida pelo vendedor. O RTU deverá unificar tributos e contribuições federais que incidem sobre a importação – Impostos de Importação e de Renda; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep).

Em uma outra fase, poderá ser celebrado convênio com o Paraná para incluir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no regime. O imposto seria pago antecipadamente, no momento de despacho da mercadoria na aduana.

Debate reúne parlamentares do Brasil e Paraguai

Com o objetivo de acompanhar a tramitação, no Senado, do projeto de lei do Executivo que regulamenta a situação dos sacoleiros responsáveis por pequenas importações de mercadorias do Paraguai, um grupo de parlamentares e diplomatas daquele país reuniu-se ontem com senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O projeto (PLC 27/08) deverá ser analisado ainda hoje na comissão com voto favorável do relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que acolheu 11 emendas. Entre as propostas de alteração, estão as dos senadores João Pedro (PT-AM) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) que visam ampliar os benefícios fiscais para a Amazônia Ocidental. Além da CRE, a matéria tramita em regime de urgência e simultaneamente nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

O encontro, coordenado pelo vice-presidente da CRE, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), contou com a presença, entre outras autoridades do Paraguai, do embaixador Luis González Arias; do senador Alberto Grillón; do presidente da Câmara da Cidade do Leste, Pantaleón



Tuma (E), Alvaro Dias, Azeredo, Serys e Mesquita Júnior apóiam a proposta



Prefeita Sandra Mcleod (E), senador Alberto Grillón e Pantaleón González

González; e da prefeita Sandra Mcleod.

O projeto institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) para mercadorias importadas do Paraguai por via terrestre e em pontos de fronteira habilitados para efetuar a tributação simpli-

ficada. A proposta exclui do regime, entre outras mercadorias, armas e munições, explosivos, cigarros, veículos e bebidas.

São relatores do projeto os senadores Serys Slhessarenko (PT-MT), na CCJ, e Eduardo Suplicy (PT-SP), na CAE.

Osmar Dias quer regulamentação do comércio

O senador Osmar Dias (PDT-PR) reiterou ontem seu apoio ao projeto de lei da Câmara (PLC 27/08) que regulariza a atividade dos sacoleiros e estabelece um imposto de 42,25% sobre o preço das mercadorias que eles importarem do Paraguai. Osmar Dias anunciou que vai apresentar emenda à proposta para destinar um décimo do que for arrecadado com esse imposto para o financiamento da saúde pública da cidade de Foz do Iguaçu, principal centro da atividade dos sacoleiros.

O parlamentar explicou que o serviço de saúde do município

Senador apresentará emenda para beneficiar Foz do Iguaçu



Foto de Leopoldo Silva

“está sacrificado” pelo aumento da demanda, que teria crescido em função dos brasiguaios e paraguaios que atravessam a fronteira para se tratar no Brasil. Osmar Dias também negou informações veiculadas por jornal em Foz do Iguaçu segundo as quais ele teria atuado para adiar a votação do Projeto dos Sacoleiros no Senado.

Jefferson Praia pede cautela no exame da matéria

Em discurso no Plenário, o senador Jefferson Praia (PDT-AM) pediu cautela na análise do projeto que institui o Regime de Tributação Unificada na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, conhecido como Projeto dos Sacoleiros.

Apesar de considerar a iniciativa louvável quanto ao aspecto de regularizar um mercado informal, o parlamentar manifestou preocupação com possíveis seqüências da aprovação da matéria, entre elas a competição dos produtos importados via Paraguai com produtos nacionais, o que



Foto de Geraldo Magela

Jefferson diz que produtos importados podem prejudicar setores da economia

poderá afetar diversos setores da economia. Ele citou como exemplo os de calçados, brinquedos e vestuário.

– Não só produtos do Pólo Industrial de Manaus poderão sofrer com a aprovação desse projeto, mas todas as empresas brasileiras – disse o senador, lembrando que a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) manifestou-se contrária à proposta.

Augusto Botelho comemora os 20 anos do SUS

Ao registrar o aniversário de 20 anos de criação do Sistema Único de Saúde (SUS), o senador Augusto Botelho (PT-RR) leu em Plenário carta enviada ao seu gabinete pedindo aos senadores que lutem por uma maior qualificação e eficiência do sistema público de saúde.

– Sou médico e presenciei muito sofrimento de paciente que não tinha a carteira assinada e não podia ser atendido no antigo Inamps. Por isso, faço questão de subir nesta tribuna para dizer que é preciso fazer a defesa do SUS, pois o povo brasileiro merece um sistema público de saúde digno e de

Para Augusto, SUS ajudou a diminuir o índice de morte de crianças no país



Foto de Leopoldo Silva

qualidade – afirmou.

O senador pelo estado de Roraima citou ainda vários avanços na área da saúde alcançados a partir da implantação do SUS, tais como a universalização do atendimento em todo o território nacional, a diminuição da taxa de mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida, que pulou de 69,7 anos, em 1998, para 72,3 anos em 2006, entre outros.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Gerson Camata • Alvaro Dias • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Morais

Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Gerardo Maggela

Kátia Abreu: queda nas vendas terá impacto nos repasses aos municípios

Crise atingirá as prefeituras, alerta Kátia Abreu

Kátia Abreu (DEM-TO) alertou ontem os prefeitos eleitos no último pleito para os problemas financeiros que deverão enfrentar nos próximos anos, em decorrência da desaceleração econômica no país provocada pela crise financeira internacional.

Segundo a senadora, a redução das vendas vão impactar as receitas de impostos, prejudicando as principais receitas das prefeituras: os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS).

– Muitos que se elegeram com vontade de trabalhar vão começar os seus mandatos diante, talvez, das maiores dificuldades pelas quais as prefeituras poderão passar – advertiu.

A senadora criticou o governo federal por não haver, em sua avaliação, se preparado adequadamente para enfrentar crises financeiras globais.

Camata propõe fim da exigência de terno no Senado

Referindo-se à onda de calor na capital federal, onde os termômetros registraram na terça-feira o recorde histórico de 35,8°C, Gerson Camata (PMDB-ES) anunciou que apresentará à Mesa sugestão para que deixe de exigir na Casa o terno e a gravata como indumentária masculina.

– Num país tropical como o Brasil, por que temos de nos vestir com traje europeu?

O parlamentar elogiou a iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, que, em julho, recomendou o uso de roupas leves a seus funcionários e ajustou a temperatura do ar-condicionado de 22°C para 25°C. Com isso, houve, segundo o senador, economia de US\$ 100 mil mensais na conta de energia elétrica.

Camata propôs que a administração federal também diminua a intensidade dos sistemas de ar-condicionado e o fim da obrigatoriedade do terno e gravata.



Gerardo Maggela

“Por que temos de nos vestir com traje europeu?”, questiona Camata

Conforme a proposta, aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a punição valerá também para os crimes cometidos por grupos de extermínio. Projeto precisa ainda ser votado em Plenário

Pena para crime de milícia privada pode chegar a 30 anos de prisão

OS CRIMES PRATICADOS por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio poderão ser tipificados no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), com penas que variam de oito a 30 anos de reclusão. Parecer do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) favorável à medida, prevista em projeto de lei da Câmara, foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o artigo 121 do Código Penal, “matar alguém” é crime sujeito à pena de reclusão

de seis a 20 anos. Conforme o projeto (PLC 137/08), a pena é aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

Também foi acolhida pena de quatro a oito anos de reclusão para os responsáveis por constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar de qualquer espécie, independentemente da finalidade. Na proposição original, o texto mencionava ser crime a consti-

tuição de milícia privada com finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos no Código Penal. Mas, para Antônio Carlos Valadares, inserir a finalidade no texto é desnecessário.

– Do nosso ponto de vista, a simples existência de organização paramilitar já é injurídica, independentemente da finalidade a que se destine – disse.

O projeto também inova ao definir como crime, com detenção de um a dois anos, a oferta ou promessa de serviço de segurança sem autorização legal.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) e

Demostenes Torres (DEM-GO) elogiaram a proposição. Segundo Demostenes, as milícias privadas vêm cometendo uma série de delitos que precisavam ser tipificados na legislação.

– Em todo caso, as pessoas que praticarem esse crime vão responder por dois delitos, pois milícia privada é uma quadrilha. Esse projeto é uma oportunidade de proteger a sociedade brasileira e tentar extirpar esse mal que infelizmente está proliferando – declarou Demostenes.

A matéria será ainda votada em Plenário.



José Cruz

Marco Maciel (E) preside reunião da CCJ que aprovou ontem vários projetos, inclusive o que autoriza o governo a criar uma universidade em Pedreiras, no Maranhão

Jobim falará sobre ações assistenciais

Por sugestão do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania convidará o ministro da Defesa, Nelson Jobim, para discutir a proposta de emenda à Constituição que destina recursos para as ações de assistência a desamparados realizadas pelas Forças Armadas.

A proposta (PEC 87/07) determina que as ações poderão ser financiadas com recursos da Seguridade Social e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. De autoria de Expedito Júnior (PR-RO), a proposição recebeu voto favorável de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Na mesma reunião, Mercadante pediu vista da PEC 100/07, que abre à iniciativa privada a possibilidade de produção e comercialização de radioisótopos de uso médico. A matéria é relatada pelo senador César Borges (PR-BA).

A proposta visa eliminar restrição constitucional para produção de radioisótopos, hoje um monopólio governamental.

CCJ aprova punição a servidor público que praticar peculato-uso

Todo agente público que se utilizar, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos poderá ser punido com reclusão de dois a seis anos e multa, por ter praticado o crime de peculato-uso. O novo tipo penal está em projeto do senador Demostenes Torres (DEM-GO) aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O autor da proposta (PLS 194/06) buscou na legislação que trata da responsabilidade dos prefeitos e vereadores (Decreto-Lei 201/67) a definição do peculato-uso. Para que as determinações sejam aplicadas a toda a administração pública, Demostenes propõe a fixação do novo tipo penal nos códigos Penal (Decreto-Lei 2.848/40) e Penal Militar (Decreto-Lei 1.001/69).

– A figura do peculato, em nosso Código Penal, apenas se refere à apropriação ou desvio de valor ou bem público. O novo tipo estende o campo de incidência penal para incluir o uso indevido – explicou o relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Entende-se como crime de peculato-uso quando um bem – a exemplo de um carro – é usado particularmente por um servidor em um fim de semana.

De acordo com o Decreto-Lei 201/67, o peculato-uso já é considerado crime na esfera das prefeituras municipais e câmaras de vereadores.

Além da tipificação do peculato-uso, o projeto propõe aumentar as penas de diversos crimes praticados contra a administração pública.

Assim, a detenção pelo emprego irregular de verbas públicas passará de um a três meses para um a três anos. A prática da concussão, que, pela atual legislação, está sujeita a pena de dois a oito anos de cadeia, será punida com quatro a 12 anos. Também a prevaricação, cuja prática pode ser punida com três meses a um ano de cadeia, passará a ser de um a dois anos. A condescendência criminosa, hoje com punição de 15 dias a um mês de cadeia, tem no projeto pena aumentada para um a dois anos. Já a prática da advocacia administrativa – patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública –, cuja pena é de um a três meses de cadeia, passa a ser de um a dois anos de prisão.

Na ocasião da aprovação da matéria, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que, em sua opinião, todo crime de corrupção deveria ser tratado como hediondo.

Universidade federal do Médio Mearim

Foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) que autoriza o Executivo a criar a Universidade Federal do Médio Mearim, em Pedreiras (MA). O voto favorável à matéria, de Marconi Perillo (PSDB-GO), foi lido pelo relator *ad hoc*, Arthur Virgílio (PSDB-AM). O projeto (PLS 184/06) terá decisão terminativa na Comissão de Educação, Esporte e Cultura (CE).

Roseana lembra as dificuldades enfrentadas pelos jovens de baixa renda em conseguir uma vaga em universidades federais.

A Comissão de Justiça também acolheu relatório da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) sugerindo a apresentação de projeto para revogação do artigo 190 do Decreto-Lei 2.063/40, que regulamenta os seguros privados. O artigo proíbe “a estipulação de qualquer contrato de seguro sobre a vida de menores de 14 anos de idade”. A alteração foi proposta pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.

Plenário aprova nome de dois diretores para a ANP



Marconi Perillo (E), Delcídio Amaral e Allan Kardec Duailibe

O Plenário aprovou a indicação de dois diretores para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP): os engenheiros Magda Maria de Regina Chambriard e Allan Kardec Duailibe Barros Filho. Magda teve sua indicação relatada por Sérgio Guerra (PSDB-PE). Ela trabalhou por 22 anos na Petrobras e os últimos seis anos na própria ANP, onde ocupou, entre outros postos, as superintendências de Exploração e de Definição de Blocos. Allan Kardec, nos últimos anos, foi professor da Universidade Federal do Maranhão. Sua indicação foi relatada por João Tenório (PSDB-AL).

Projeto evita escalpelamento

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou projeto determinando que os donos de embarcações nos rios amazônicos devem cobrir os motores ou quaisquer partes móveis que possam provocar o escalpelamento, caso cabelos fiquem presos. O projeto (PLC 109/08) foi relatado por Leomar Quintanilha (PMDB-TO). A comissão também acolheu proposta (PLS 76/08) de Exedito Júnior (PR-RO) que autoriza o BNDES a abrir uma linha de crédito especial para financiar a compra de embarcações para a navegação na Amazônia. O relator foi Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

BASES MILITARES NA AMAZÔNIA

Uma comitiva integrada por cinco senadores e 19 deputados federais irá conhecer, de hoje até sábado, o trabalho desenvolvido pelo Exército na Amazônia. Como representantes do Senado, deverão participar João Pedro (PT-AM), José Nery (PSOL-PA), Lobão Filho (PMDB-MA), Jefferson Praia (PDT-AM) e Cícero Lucena (PSDB-PB).

Em Manaus, os parlamentares irão ao Comando Militar da Amazônia e o Centro de Instrução de Guerra na Selva. Nos municípios de Tefé e Tabatinga, a comitiva visitará os pelotões especiais de Fronteira de Ipiranga e Estirão do Equador.

A visita objetiva aprofundar o conhecimento sobre a importância estratégica da região e possibilitar um contato com a realidade vivida na faixa de fronteira.

Membro do IPCC quer redução de 80% nos gases de efeito estufa

Pesquisador propõe que Brasil defenda – na conferência de Copenhague sobre o protocolo que vai substituir o de Kyoto – diminuição maior que a de 50%, que vem sendo discutida por alguns países

O BRASIL FOI convocado a assumir uma posição de liderança na Conferência Mundial sobre Mudanças Climáticas e defender o percentual de 80% como meta de redução da emissão de gases pelos países – inclusive os Estados Unidos e a China, até 2050. A declaração foi feita pelo pesquisador e membro do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) Martin Parry, em audiência que discutiu, ontem, na Comissão de Meio Ambiente (CMA), as mudanças climáticas no planeta.

O percentual a ser aprovado pela conferência – em dezembro de 2009 em Copenhague, na Dinamarca – será adotado no acordo que substituirá o Protocolo de Kyoto a partir de 2012. Segundo Parry, 80% seria a redução adequada para evitar impactos mais prejudiciais ao ser humano, como a severa restrição de acesso à água.

Em resposta a questão do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), autor do requerimento para a audiência, Parry destacou que os países devem buscar “trilhas de desenvolvimento susten-



Aroudo Mota (do Ipea), Antônio Rocha, Inácio Arruda, Martin Parry e Carlos Nobre na CMA

tável, como matrizes energéticas limpas e renováveis, para garantir a vida no futuro”. O também membro do IPCC Antônio Rocha Magalhães, que foi consultor do Banco Mundial no Brasil, sugeriu a integração de políticas de desenvolvimento sustentável no Nordeste; o fortalecimento das instituições; e a adoção da “democracia participativa”, com alianças em torno das políticas, para que elas sejam permanentes e estáveis.

O pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

Carlos Afonso Nobre disse que o Brasil ainda não tem pesquisas que demonstrem como as mudanças climáticas vão afetar o país.

Para Cícero Lucena (PSDB-PB), a participação dos parlamentares com a ajuda técnica de pesquisadores poderá traçar as responsabilidades em relação ao desenvolvimento sustentável. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu que o Brasil mantenha 80% da Floresta Amazônica intacta e utilize os 20% já desmatados para desenvolvimento econômico.



Geraldo Mesquita

MESQUITA CRITICA PODER EXECUTIVO

O Congresso Nacional precisa criar um mecanismo que sujeite o Poder Executivo a liberar os recursos alocados por emendas parlamentares, independentemente de os seus autores integrarem a base governista. A sugestão é do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), ao lamentar em Plenário a não-liberação de recursos para emendas de sua autoria.

– Não podemos ficar sujeitos aos caprichos, às pressões do governo, que são violentas – disse.

SESSÕES DE HOMENAGEM

O Senado aprovou ontem dois requerimentos para realização de sessões solene e especial. No dia 27 de novembro, às 10h, haverá sessão solene do Congresso Nacional em comemoração ao Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher.

Também em novembro, no dia 25, às 10h, sessão especial no Senado deve comemorar os dez anos de atuação da Confederação Nacional dos Jovens Empregados (Conaje).

É possível compatibilizar obras públicas e preservação, diz Garibaldi

Ao lado do vice-governador do Distrito Federal, Paulo Octávio, e do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, participou da abertura da



Garibaldi Alves (terceiro à esquerda) na abertura da ECO 2008

Conferência Mundial ECO 2008. O encontro reúne nomes nacionais e estrangeiros para discutir políticas públicas ambientais.

O presidente do Senado afirmou que é possível compatibilizar obras públicas e preservação. Ele disse que muitos governantes interessados em erguer celeremente uma obra pública deparam-se com dificuldades impostas pela licença ambiental. Para Garibaldi, essa licença, frequentemente, demora por excesso de burocracia.

– Temos de aprender a enfrentar isso. Saber dar a César o que é de César e ao meio ambiente o que é do meio ambiente. É possível compatibilizar o desejo de erguer obras com preservação do meio ambiente.

CRA discute medidas sugeridas por produtores de aves e de suínos

Em audiência pública sobre os problemas relativos à cadeia produtiva de aves e suínos no Brasil, representantes do setor apresentaram como uma das principais reivindicações a desoneração tributária, com isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e para o Programa de Integração Social (PIS) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações do agronegócio. Eles também reivindicaram mais crédito para capital de giro e para linhas de exportação e mais atenção e verbas para as atividades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento destinadas à saúde animal.

O debate, coordenado pelo senador Neuto de Conto (PMDB-SC), presidente da CRA, contou com a presença de presidentes das associações de criadores e de exportadores de aves e de suínos.



Neuto de Conto (3º à esq.), presidente da CRA, discute com líderes de associações

FUTUROS PREFEITOS DO RIO E DE NATAL VISITAM O SENADO

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e o prefeito eleito da capital fluminense, deputado Eduardo Paes (PMDB-RJ), visitaram o presidente do Senado, Garibaldi Alves. Logo em seguida, foram ao Plenário. Romeu Tuma (PTB-SP) interrompeu o discurso para saudá-los.

Minutos mais tarde, a prefeita eleita de Natal (RN), Micarla de Sousa, foi recebida no Plenário e elogiada por Arthur Virgílio (PSDB-AM), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), José Agripino (DEM-RN), Marconi Perillo (PSDB-GO) e Garibaldi. Logo em seguida, o presidente do Senado também a recebeu em seu gabinete.



Sarney (E), Sérgio Cabral (terceiro à direita) e Eduardo Paes (segundo à direita) no Plenário do Senado

Geraldo Magalhães

José Cruz

Márcia Koblum